

GROSCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
CNPJ nº 26.228.270/0001-48

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

ATIVO	31.12.2019	31.12.2018
Circulante	862	1.172
Disponibilidade	645	933
Caixa	4	4
Depósitos Bancários à vista	17	25
Aplicações Financeiras	624	904
Títulos a Receber	170	188
Créditos a Receber	170	188
Outros Créditos	9	13
Bloqueios Judiciais	9	13
Realizável a Curto Prazo	38	38
Outros Créditos	38	38
Não Circulante	1.070	1.002
Investimentos	887	822
Imobilizado Líquido	183	180
Diferido	0	0
TOTAL DO ATIVO	1.932	2.174
PASSIVO	31.12.2019	31.12.2018
Circulante	904	963
Fornecedores	21	19
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	56	60
Obrigações Tributárias	92	74
Provisão para Férias e 13º Salário	66	59
Exigível a Curto Prazo	669	751
Provisão para Contingências	409	521
Recursos não Procurados	201	174
Cretores Diversos	59	56
Valores a ressarcir	0	0
Patrimônio Líquido	1.028	1.211
Capital Social	1015	1015
Lucros (Prejuízos) Acumulados	13	196
TOTAL DO PASSIVO	1.932	2.174

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
(Em Milhares de Reais)

	2º SEM. 2019	Exerc. 2019	Exerc. 2018
RECEITAS OPERACIONAIS	4.656	9.391	5.584
Rendas de Prestação de Serviços	4.656	9.391	4.390
Rendas de Outros Serviços	0	0	1.194
DEDUÇÕES DAS REC. OPERAC.	(238)	(475)	(330)
Impostos Incidentes Sobre Serviços	(238)	(475)	(330)
RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	(4.418)	8.916	5.254
DESPESAS OPERACIONAIS	(4.515)	(8.847)	(5.281)
Despesas Administrativas	(4.485)	(8.777)	(5.217)
Despesas Tributárias	(1)	(10)	(3)
Depreciações e Amortizações	(29)	(60)	(61)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	0	8	47
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(97)	77	20
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	118	120	120
RESULTADO ANTES DA CSSL E IMP. DE RENDA	21	197	140
Provisão para Contribuição Social s/ Lucro	(3)	(21)	(14)
Provisão para Imposto de Renda	2	(33)	(23)
LUCRO (PREJ.) LÍQ. DO PERÍODO	20	143	103
LUCRO LÍQ. POR QUOTA DE CAP.	0,02	0,14	0,10

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

	2º SEM. 2019	Exerc. 2019	Exerc. 2018
1 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DOS EXERCÍCIOS	(143)	(138)	29
- Lucro Líquido do Exercício	20	143	103
- Depreciações	13	45	61
- Lucros Distribuídos	(176)	(326)	(135)
- Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0
VARIAÇÃO DOS ATIVOS E OBRIGAÇÕES	4	(37)	60
- Aumento/Redução em outros créditos	5	22	(26)
- Aumento/Redução em outras obrigações	(1)	(59)	86
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(139)	(175)	89
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
- Aquisição de Investimentos	(30)	(66)	(66)
- Aquisição de Imobilizado de Uso e adições ao diferido	(39)	(47)	0
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(69)	(113)	(66)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES	(208)	(288)	23
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA	(208)	(288)	23
No início do semestre	853	933	910
No final do Semestre	645	645	933

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Descrição	Capital Social	Lucros/Prej. Acumulados	Total do Patrim. Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.015	228	1.243
Resultado do 1.º Semestre de 2018		86	86
Distribuição de Lucros		(15)	(15)
Ajuste de Exercício Anterior		0	0
Saldo em 30 de junho 2018	1.015	299	1.314
Resultado do 2.º Semestre de 2018		17	17
Distribuição de Lucros		(120)	(120)
Ajuste de Exercício Anterior		0	0
Saldo em 31 de Dezembro 2018	1.015	196	1.211
Resultado do 1.º Semestre de 2019		123	123
Distribuição de Lucros		(150)	(150)
Ajuste de Exercício Anterior		0	0
Saldo em 30 de Junho de 2019	1.015	169	1.184
Resultado do 2º. Semestre de 2019		20	20
Distribuição de Lucros		(176)	(176)
Ajuste de Exercício Anterior		0	0
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	1.015	13	1.028

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO
(Em Milhares de Reais)

ATIVO	Cód/Rubrica	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE	1.0.0.00.007	24.723	24.876
Disponibilidade	1.1.0.00.006	7.453	6.636
Depósitos Bancários	1.1.2.92.003	60	28
Aplicações Financeiras	1.2.9.90.005	7.393	6.608
Outros Créditos	1.8.0.00.009	17.270	18.240
COMPENSAÇÃO	3.0.0.00.001	196.007	165.721
Previsão Mensal de Recursos a Receber	3.0.7.75.006	1.042	964
Contribuições Devidas aos Grupos	3.0.7.78.003	102.190	86.967
Consorticiados - Bens a Contemplar	3.0.7.82.006	92.775	77.790
TOTAL GERAL DO ATIVO	3.9.9.99.993	220.730	190.597
PASSIVO	Cód/Rubrica	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE	4.0.0.00.008	24.724	24.876
Obrigações com Consorticiados	4.9.8.82.007	7.841	9.047
Valores a Repassar	4.9.8.86.003	663	696
Obrigações Contemplações a Entregar	4.9.8.91.005	6.867	5.942
Obrigações com a Administradora	4.9.8.9.2.000	0	0
Recursos a Devolver a Consorticiados	4.9.8.94.002	8.005	7.674
Recursos do Grupo	4.9.8.98.008	1.348	1.517
COMPENSAÇÃO	9.0.0.00.003	196.006	165.721
Rec. Mensais a Rec. de Consorticiados	9.0.7.75.008	1.041	964
Obrigações dos Grupos por Contribuições	9.0.7.78.005	102.190	86.967
Bens ou Serviços a Contemplar - Valor	9.0.7.82.008	92.775	77.790
TOTAL GERAL DO PASSIVO	9.9.9.99.995	220.730	190.597

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS
(Em Milhares de Reais)

Descrição	2º SEM. 2019	EXERC. 2019	ACUMULADO	EXERC. 2018	ACUMULADO
Disponibilidade Inicial	7.241	6.636		7.215	
Depósitos Bancários	30	28		21	
Aplicações Financ. do Grupo	906	666		822	
Aplic.Finan.Vinc. Contemplações	6.305	5.942		6.372	
(+) Recursos Coletados	11.123	22.500	123.787	20.542	121.140
Contribuições Aquisição de Bens	7.599	15.271	83.094	15.260	84.019
Taxa de Administração	3.000	6.266	34.711	4.369	31.352
Contribuições Fundo de Reserva	0	0	0	0	0
Rendimento de Aplicações Financeiras	147	307	2.713	321	2.845
Multas e Juros Moratórios	42	89	513	110	500
Prêmios de Seguros	259	482	2.741	366	2.411
Custas Judiciais	2	4	15	5	13
Outros	74	81	0	111	0
(-) Recursos Utilizados	10.910	21.682	116.333	21.121	114.504
Aquisição de Bens	6.642	13.495	74.445	14.819	76.397
Taxa de Administração	3.006	6.305	34.685	4.348	31.297
Multas e Juros Moratórios	21	45	256	54	247
Prêmios de Seguros	276	501	2.684	341	2.335
Custas Judiciais	2	4	14	4	13
Devol. a Consor. Desligados	768	1.047	3.967	1.390	3.932
Outros	195	283	282	165	283
Disponibilidade Final	7.454	7.454	7.454	6.636	6.636
Depósitos Bancários	60	60	60	28	28
Aplicações Financ. do Grupo	527	527	527	666	666
Aplic.Finan.Vinc. Contemplações	6.867	6.867	6.867	5.942	5.942

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

GROSCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA

CNPJ nº 26.228.270/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade tem por finalidade a constituição, organização e administração, na forma da legislação em vigor emanada pelo Banco Central do Brasil, de um consórcio, cujo objetivo é propiciar a cada um dos consorciados, mediante um fundo comum, a aquisição de veículos automotores, imóveis e outros bens.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os critérios do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF do Banco Central do Brasil, observando-se a Lei nº 11.795/2008, que rege as sociedades administradoras de consórcio, e dispositivos constantes da Lei nº 11.638 de 28/12/2007 e Lei nº 11.941 de 27/05/2009.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

- 3.1 - A apuração do resultado é reconhecida segundo o regime de competência de exercícios, exceto pela taxa de administração que é reconhecida quando do seu efetivo recebimento, de acordo o disposto no item 1.26.1.2 do COSIF.
- 3.2 - As aplicações interfinanceiras de liquidez e os valores mobiliários estão registrados pelo valor de aplicação ou de aquisição acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.
- 3.3 - O imobilizado é demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31/12/1995, mais as adições e baixas ocorridas até 31/12/2019 e sua depreciação é calculada pelo método linear, a qual contempla a vida útil econômica dos bens

Bens	Taxas Deprec.	31/12/2019		31/12/2018	
		Custo Contábil	Deprec. Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Instalações	10%	14.240,00	(9.779,72)	4.460,28	5.317,32
Móveis e Utensílios	10%	99.217,00	(61.399,72)	37.817,28	45.711,23
Proc. De Dados	20%	58.449,47	(52.067,64)	6.381,83	6.364,94
Máquinas e Equip.	10%	39.899,00	(10.564,06)	29.334,94	1.641,07
Veículos	20%	290.993,66	(185.946,35)	105.047,31	121.316,11
TOTAL		502.799,13	(319.757,49)	183.041,64	180.350,67

- 3.4 - A provisão para Imposto de Renda é constituída á alíquota de 15% sobre o Lucro Real, acrescida do adicional previsto na legislação fiscal. A provisão para a Contribuição Social sobre o Lucro é constituída á alíquota de 9% sobre o lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação vigente;
- 3.5 - As provisões de férias e 13o salário, são constituídas com base na remuneração dos empregados, inclui as vencidas e proporcionais e os correspondentes encargos sociais e o adicional de um terço;
- 3.6 - O Passivo Circulante é demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.
- 3.7 - Os valores não retirados por Consorciados Desistentes e Excluídos, bem como, aqueles oriundos de Fundo de Reserva á disposição de consorciados ativos, relativos a grupos encerrados, encontram-se atualizados as taxas vigentes no mercado financeiro e estão incluídos e consignados sob a rubrica "Recursos não Procurados", no montante de R\$174.374,47.
- 3.8 - O Capital Social, subscrito e integralizado esta dividido em 1.015.000 de quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, pertencente a quotistas residentes no País.

Sócios	R\$	%
Telmo José Barbosa	1.010.000,00	99,5%
Mylene Lady Barbosa Maiote José	5.000,00	0,5%
TOTAL	1.015.000,00	100%

- 3.9 - Levando-se em consideração que o limite de alavancagem das administradoras de consórcio estabelecido na Circular Bacen nº 3.524 de 03/02/2011 é de 6 (seis) vezes o valor de seu Patrimônio Líquido Ajustado obtido através dos seguintes fatores:

Saldo dos Grupos	7.453.970,68
(-) Aplicação Financeira Vinculada a Contemplação Passivo Circulante da Administradora	(6.866.683,52)
(-) Pendente de Recebimento em Cobrança Judicial	904.016,10
(=) RESULTADO	(37.932,17)
Divisor	6
(=) RESULTADO DA DIVISÃO	242.228,52
(=) Patrimônio Líquido Mínimo Exigido BACEN (1)	1.000.000,00
Patrimônio Líquido Junho 2019	1.183.414,16
(-) Distribuição Lucros	(175.948,64)
(-) Ajustes de Períodos Anteriores	0
Contas de Resultado Credoras (conta 7.0.0.00.00-9)	4.792.870,92
(-) Contas de Resultado Devedoras (conta 8.0.0.00.00-8)	(4.743.665,07)
(=) Patrimônio Líquido Ajustado Dezembro/2018 (2)	1.027.604,22
LIMITE PI ALAVANCAGEM (3) = (2 - 1)	27.604,22

- 3.10 - Considerando que o limite de imobilização não pode ultrapassar 100% do Patrimônio Líquido Ajustado, apresentamos o seguinte calculo:

Ativo Permanente (1)	1.070.433,69
(=) Patrimônio Líquido Ajustado Dezembro/2019 (2)	1.027.604,22
LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO (3) = (2 - 1)	(42.829,47)

- 3.11 - O Patrimônio Líquido é demonstrado pelo valor corrigido monetariamente até 31/12/1995, acrescido dos valores movimentados até 31/12/2019.

- 3.12 - As demonstrações financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do Banco Central do Brasil.

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

- 4.1 - As Aplicações Financeiras Vinculadas são efetuadas exclusivamente em quotas do FUNDO ITAU EMPRESA TRUST RF REFERENCIADO DI FICFI, nos termos do artigo 1º da Circular Bacen nº 3.261 de 28/10/2004, sendo demonstradas pelos valores aplicados mais os rendimentos líquido auferidos até a data do balanço, observado o regime de competência
- 4.2 - Os rendimentos das aplicações são rateados pelos grupos proporcionalmente aos seus saldos diários.
- 4.3 - As demonstrações de recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, consolidadas, são preparadas a partir das demonstrações individuais de cada grupo.
- 4.4 - Os recursos coletados correspondem aos valores arrecadados dos grupos por ocasião do pagamento das prestações, reconhecidos mensalmente por regime de caixa.
- 4.5 - Os recursos utilizados representam desembolsos efetuados por conta dos grupos de consórcio, para sua manutenção.
- 4.6 - Os recursos a utilizar representam disponibilidades e direitos dos grupos de consórcio
- 4.7 - A Taxa de Administração é apropriada de acordo com o pagamento das prestações, calculada por um percentual sobre o valor do bem objeto do consórcio que varia de acordo com a espécie do bem.

NOTA 5 - GRUPOS DE CONSÓRCIO - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

	30/DEZ/2019	31/DEZ/2018
Nº de Grupos Administrados	10	11
Consorticiados Ativos	2.503	1.783
Consorticiados Contemplados	1.470	1.640
Consorticiados Não Contemplados	1.033	1.057
Bens Pendentes no Período	122	96
Nº de Desistentes/Excluídos	6.590	7.047
Nº de Quitados	666	787
Taxa de Inadimplência	1.70%	2.10%
A Taxa de Administração média praticada (bens móveis) é de 17%.		
A Taxa de Administração média praticada (bens imóveis) é de 23%.		

NOTA 6 - COMPONENTE ORGANIZACIONAL DE OUVIDORIA

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.477 e pelas Circulares Bacen nºs 3.359 e 3.370, respectivamente de 28/07/2007, 03/08/2007 e 23/10/2007, todas as principais providências já foram adotadas para a devida implantação de componente organizacional de Ouvidoria, citando-se, entre eles, a designação do diretor responsável e do ouvidor, o serviço DDG 0800-940.3636, e adequação dos documentos a que o consorciado tenha acesso e cartaz informativo nos pontos de venda

NOTA 7 - MANUAL DE CONTROLES INTERNOS

A Administradora mantém atualizado o manual de controles internos, onde se encontra registrado:

- a-) O processo operacional da Administradora e dos Grupos de Consórcio;
- b-) O gerenciamento de riscos, e
- c-) O gerenciamento das contingências.

NOTA 8 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Administradora não possui saldo de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019, cujas divulgações sejam requeridas nos termos das normas e instruções do Banco Central do Brasil.

NOTA 9 - FATOS SUBSEQUENTES

Efetuações a regularização do limite operacional de imobilização estabelecido pela Circular Bacen 3.524/2011, conforme demonstrado na NOTA 3.10, o qual poderá ser observado a partir da entrega do documento COS4010 da data base Jan/2020

TELMO JOSÉ BARBOSA
Diretor Administrativo

MYLENE LADY BARBOSA MAIOTE JOSÉ
Diretora Financeira

RENATA REYNALDO SILVA
Contadora-CRC1SP19215/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Dirigentes da
GROSCON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
Franca - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da GROSCON Administradora de Consórcios Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e o balanço dos grupos de consórcio para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

OPINIÃO COM RESALVA

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GROSCON Administradora de Consórcios Ltda., em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas emanadas pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

O Ativo Permanente da Administradora ultrapassou 100% do Patrimônio Líquido Ajustado em R\$ 42.829,47, descumprindo os limites estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.524 de 03 de fevereiro de 2.011.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório:

- Testes sobre o processo e dossiês de consorciados contemplados;
- Constituição e Encerramento de Grupos;
- Cumprimentos dos limites de PLA e Capital Mínimo, bem como dos limites operacionais determinados pelo Banco Central do Brasil (Circ. 3.433)
- Ouvidoria;
- Prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da Grosccon Administradora de Consórcio Ltda., é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a administradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da administradora.

Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Carlos, 31 de janeiro de 2020.

Andrade, Nogueira & Associados - Auditores e Consultores

ALBERTO FRANCISCO COSTA Contador CRC-1SP164292/O-0 Auditor Independente - CVM 10.600	JOSÉ DONISETE GARCIA CARDOSO Contador CRC-1SP191566/O-3 Auditor Assistente
--	---